

---

BEIJING – ICANN Briefing do Staff para o GAC - Novo Atualização do Programa de Implementação Programa gTLD  
Quinta-feira, 04 de abril, 2013 – 09:00 às 10:00  
ICANN – Beijing, República Popular da China

CHAIR DRYDEN:

Bom dia a todos. Se puderem se sentar, vamos começar.

Convidamos o pessoal da ICANN para que dê uma perspectiva geral para os programadores gTLD quanto a participação remota na interpretação tudo está à disposição, tudo foi experimentado, está funcionando, então estamos monitorando também a participação remota.

Aqueles que estiverem participando da sessão de forma remota, podemos escutar e podem também falar que eles podem pedir a Jeannie que ela vai dizer quem é. Está monitorando com a participação remota para que ela passe a pergunta. Esperamos que tudo funcione bem. Sabemos que nem todos podem participar da reunião, mas há algumas coisas que queremos debater e repercurtem em muitas pessoas.

Chamamos a pessoa que fala do programa de gTLD, Akram Atallah o COO que está aqui ao meu lado, o principal funcionário operacional que é o assessor da CEO da ICANN. Eu acho que temos algumas apresentações para passar e na nossa agenda, para ter alguns contatos antes de continuar o debate. Sabemos que é uma lista muito extensa aqui na agenda e acho que o que vamos ver com profundidade são os desenvolvimentos principais.

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

A agenda diz os resultados que já foram publicados na internet e alguma outra coisa chave que tem a ver para podermos programar o trabalho no GAC e anteciparmos alguns destes desenvolvimentos chave. Assume a palavra Akram Atallah.

AKRAM ATALLAH:

Muito obrigado por ter me convidado para realizar essa apresentação. Como já disse o slide eu não sou Christine Willett. Ela se desculpou por não poder estar hoje presente para fazer essa apresentação. É um membro, um problema com pessoa da família então ela tinha que dar apoio.

A ordem do dia é falar a respeito do que conseguimos desde Toronto, apresentar qual o cronograma e falar um pouco de qual é o estado da avaliação, ou das avaliações iniciais. Vamos falar um pouco também dos acordos e contratos, da prova de ir para delegação, do centro da delegação e proteção e marca, das objeções e das resoluções de problemas de ambos.

Vou tentar também passar rapidamente por esses slides, porque vocês podem ler. O mais importante seria que aqui vocês tem a possibilidade de realizar perguntas, se é que tem alguma pergunta.

Se algum de vocês tem alguma pergunta no meio da minha apresentação, eu peço que me interrompa e se cada um esperar até o final podemos escolher esse sistema.

Como podem ver há uma grande relação de conquistas de Toronto até hoje.

---

E não menos importante a publicação dos resultados que conseguimos fazer. Fizemos também o sorteio para a atribuição de solicitações. O Conselho decidiu colocar primeiro os IDNs. Eu acho eles, os IDNs são de 1 a 108. Depois vamos publicar os resultados com bases nas prioridades que foram dadas as solicitações. O mais importante aqui é que a prioridade vai ser a forma que vamos continuar avançando em cada um dos passos.

Quando chegemos aos contratos vamos utilizar essas prioridades para ordenar o processo de contratação, quando chegemos a avaliação de pré-delegação também vamos utilizar essa atribuição de prioridades. Então elas serão utilizadas durante todo o processo até o momento da delegação.

Foi aberto o TMCH. Depois vamos falar a respeito deles. É o centro de informação e proteção de marcas.

Aqui vemos que tem a ver com delegar e assinar os primeiros contratos e também mencionar a assinatura dos primeiros contratos em 23 de abril.

Sabemos que há muitos assuntos apresentados que estão sendo debatidos e não estão já pré-determinados.

Então se temos que mudar a data para talvez acomodar algumas questões, podemos. Mas a ideia seria assinar o primeiro contrato em 23 de abril.

Como podem ver o programa está cumprido os tempos previstos. Levou alguns meses até ter todos os resultados da avaliação inicial. Vai levar

---

um tempinho mais a assinatura de contratos e a prova de pré-delegação. Estamos avaliando 20 solicitações na questão da pré-delegação. Estamos falando também com IANA. Ela diz que não vão ser mais de 20 delegações por semana. Então estamos controlando essa velocidade de chegar a 20 solicitações por semana.

A avaliação inicial então foi publicada em 22 de março.

O primeiro grupo de resultados das primeiras 30 aplicações. Uma semana depois fizemos outras 30 e amanhã vamos fazer as outras solicitações.

Para amanhã vamos ter as 108 solicitações de IDNs já avaliadas.

Os resultados são em 3 categorias. Um que tem a ver com aprovação. A outra categoria seria de escolha para uma avaliação estendida e a outra não se encaixa na categoria de avaliação estendida.

Algumas das aplicações, alguns dos resultados não foram apresentadas na internet porque tem que responder algumas perguntas, esclarecimentos ou falta informação, ou o solicitante está dando informação. Essas vão ser atualizadas na próxima semana e essas aparecem no site também.

Aqui temos uma imagem do que são os relatórios de avaliação inicial.

Basicamente temos dois relatórios. Um que é público e que aparece na página WEB e que inclui quase toda informação disponível para o solicitador, exceto alguma informação confidencial.

---

Como veem esses são os resultados.

A maioria dos painéis avançando muito.

O trabalho maior que é basicamente tem a ver com os serviços financeiro e técnicos e de registro, são os que estão em andamento. A maioria dos outros já acabou. Estão publicados os resultados deles, exceto os que tem a ver com background screening, porque já foi feita grande parte do trabalho.

Como já falei anteriormente houve 35 solicitações descartadas, eliminadas e estamos permitindo solicitantes retirar essas solicitações e receber 130 mil dólares do que foi pago até a avaliação inicial. Então a pessoa pode permanecer ou manter, dentro do sistema de processo de avaliação, ou se decidir tirar a solicitação, pode receber os 130 mil dólares de volta.

Falando dos registros, contratos dos registros, também trabalhamos com eles, avançamos muito para pedir que trabalhem apenas com registradores que assinaram a RAA 2013. Porque achamos que esse contrato já é habilitação de registro de 2013 tem muitas carecterísticas que vão melhorar todo o espaço para os registradores. Aparece tudo que tem relação com os requisitos requeridos pelos organismos encarregados da aplicação da lei.

Tem a ver também os direitos e responsabilidades dos registradores como se fosse uma declaração de direitos. Então há muitas melhoras nesse contrato RAA 2013 que achamos que vai fazer com que funcione melhor a indústria dos domínios, que tenha uma melhor conduta.

---

Pensamos que é muito bom ter todos os registrados com o contrato assinado e que o registro trabalhe com os registradores que já assinaram o contrato, para poder então fazer o registro no programa dos novos gTLDs.

Também incluímos especificações PIC. Recebemos 508 PIC incluídas também pelos solicitadores. Achamos que compreendem todos os requisitos e exigências do GAAC, e que também mantém a ICANN de ter um controle para trabalhar com esses conflitos. O que estamos pedindo aos solicitantes é que tenham um compromisso sem que a ICANN seja responsável pelo cumprimento dessas especificações PIC, para que a comunidade e o público possam reclamar caso não haja um cumprimento dessas especificações e exigências. Então aí a ICANN pode resolver, ou poderia resolver essas controversias.

Acho que foi um bom resultado para o GAC e ICANN e que também é bom para os registradores e para a comunidade At Large.

Em 19 de março foi fechado o período de comentários públicos. Desculpem, 17. Aqui acabamos de publicar a última versão – não para comentário público, mas para transparência. Mas para que todos saibam qual foi o desenvolvimento alcançado nos contratos.

A respeito dos solicitantes, eles vão ser escolhidos para passar à etapa de contratação depois de Pequim. Depois de publicados os resultados IE.

Então em 23 de abril achamos que será a data em que vamos assinar o primeiro contrato.

---

Há alguns assuntos nos quais estamos trabalhando ainda, mas consideramos que está tudo bem encaminhado, considerando o tempo que vai levar para que um solicitante cumpra todo o processo e chegue então até a primeira delegação.

No piloto de provas de pré-delegação pedimos aos solicitantes que se submetessem a uma prova de pré-delegação, e recebemos muitos solicitantes. Então escolhemos um de cada um dos fornecedores de back-end, para ter a maior quantidade de fornecedores de back-end nesta prova de delegação. Escolhemos 12. Se havia muitos solicitantes de fornecedor de back-end escolhíamos cumprindo a designação de prioridades, para então maximizar a possibilidade de cobrir a maior quantidade possível de fornecedores de back-end dentro desta prova piloto de pré-delegação.

Os recursos já estão implementados. Já foram enviadas as especificações e acho que agora já começamos a prova de pré-delegação. Acho que já estamos prontos. Inclusive vai estar em operação antes do dia 23 de abril.

O que tem a ver com o centro de informação e proteção de marcas, não sei quando foi a última atualização, mas o que fizemos foi separar funções desse centro de informação, em duas funções.

Uma vai ser a Deloitte, não de forma exclusiva. Nós contratamos - a função específica seria sub administrar as marcas registradas dentro do centro de informação e proteção de marca e fazer a validação do contrato, não exclusivo, que permite então adicionar, acrescentar mais

---

validadores, caso precisemos ter mais validadores para o que tem a ver com banda larga e questões de competência.

Por outra parte, dentro deste centro de informação e proteção de marca, temos uma base de dados onde estarão todas as marcas.

Há um fornecedor que vai fazer a parte de pré-registro e as reclamações. Todos os registros vão ter que participar neste período de pré-registro e vão receber as notificações no período de reclamações.

O contrato já assinamos com a IBM e eu acho que há mais detalhes a respeito que podemos dar.

Mas o centro de informação e proteção de marca, do ponto de vista das marcas é aberto.

Lembro que para 26 de março já tínhamos mais de 150 solicitantes, que tinham sido verificados e credenciados e acho que entre 10 e 12 marcas registradas já tinham sido verificadas e incluídas na base de dados. Então esse centro de informação já está funcionando do ponto de vista dos titulares de marca e estará aberto durante 90 dias antes do primeiro período de pré-registro, para vocês terem uma ideia de quando vai acontecer esse pré-registro.

Por outra parte, assinamos um contrato com a IBM e estão começando a desenvolver os seus sistemas para dar apoio aos pré-registros, às reclamações e vamos ter também algumas especificações e eu acho que serão publicadas antes da próxima semana, para que comecem a fazer com que os registros sejam conectadas com o centro de informação e proteção de marca.



---

Esse contrato novo não vai ser exclusivo, mas acho que vai ser muito difícil ter outra base de dados. Porque no caso deveríamos então ter 2 base de dados ao mesmo tempo. Acho que a divisão nos 2 contratos faz com que as operações sejam mais competitivas, sejam mais acessíveis tanto para os titulares das marcas, quanto para a indústria dos registros e registradores também.

A respeito da resolução de controvérsias e objeções, na verdade temos 270 objeções, apresentação de objeções, mais especificamente, que estão separadas aqui conforme os fornecedores das objeções.

Existem aqueles que apresentam as objeções, como aparece aqui na tela, se bem eu não consigo ver. Todas as objeções deverão ser tratadas antes do que as solicitações, já que tem vinculada uma sessão e que sejam aprovadas na solicitação original, ou inicial.

Também pode ser aprovada a solicitação inicial, mas antes de assinar o contrato devemos finalizar toda a questão referida a objeção apresentada.

Tem um slide onde apresentamos as objeções apresentadas pelos objetores independentes e toda essa informação também está disponível no site.

Finalmente as sessões que vamos realizar aqui em Pequim. A maioria será realizada na segunda-feira que vem. Vamos falar também quinta e quarta-feira em algumas sessões. A maioria vai se desenvolver na segunda e esperamos que todos participem das sessões.

---

Agora eu gostaria de passar o microfone aos senhores para saber se querem fazer alguma pergunta, algum esclarecimento.

CHAIR DRYDEN: Akram obrigada pela apresentação. Eu gostaria de saber se tem alguma pergunta?

Itália, por favor.

ITÁLIA: Muito bem obrigado. Eu gostaria de fazer uma pergunta, a respeito da importância de uma data.

Quando falamos que planejamos ter o primeiro acordo, o primeiro acordo já significa um contrato para o solicitante para 23 de abril, é uma questão muito importante por diferentes motivos e isso pode gerar algumas inquietações. É importante porque também nos governos estamos debatendo neste período a incorporação de novos gTLDs e isso seria uma nova demonstração de que as coisas vão se concretizando. É muito importante estabelecer já o começo da implementação. Então, a minha pergunta específica é a seguinte.

Claro que vocês tem certeza de que já há um grupo pequeno pronto para ser aprovado e incorporado à base de dados da IANA. Então, a pergunta seria: o avanço da análise de várias dessas solicitações não se contrapõe, ou vocês já verificaram que não se contrapõe com o assessoramento oferecido pelo GAC no passado. Ou não apenas isso, os comentários surgidos na comunidade tem a ver com os milhares de

---

problemas que foram apresentados no período de consulta? Finalmente, tem certeza de que quando se aprova uma coisa para uma determinada categoria, por exemplo, nomes geográficos, ou nomes de concorrência, competência, aqueles que vocês vão aprovar nessa primeira farte, para falar de alguma forma, não se forma como um precedente para discussão referidos às categorias de problemas, ou seja que tem a ver com nomes geográficos, entre outros, e que quando avancemos com outros grupos, uma coisa que já foi aprovada não vai talvez ter uma consequência e façam com que você tenham que cumprir, ou manter essa linha, ou fazer uma correção? Essa era a pergunta. Muito obrigado.

AKRAM ATALLAH:

Obrigado, Stefano.

Eu quero esclarecer uma coisa a respeito do processo.

Quando assinamos um contrato para um solicitante, isso significa basicamente que o solicitante cumpriu todos os requisitos estabelecidos no guia do solicitante. Isso não significa na verdade, que ele pode fazer o contrato com a IANA. Há mais um passo que é a prova de pré-delegação e essa prova de pré-delegação tem que ser realizada antes de fazer a solicitação perante a IANA. Então, alguém pode ter um contrato mas poderia optar por demorar essa prova, ou poderia passar por essa prova de pré-delegação e depois demorar a solicitação perante a IANA. Então, essa característica é uma coisa que nós não podemos controlar e que o solicitante pode escolher. Esse é um processo que temos para

---

ccNSO, onde eles fazem as provas antes de fazer a solicitação perante a IANA, então já está implementado como parte do processo.

A respeito do assessoramento do GAC, o motivo pelo qual vocês viram que estamos já chegando a cumprir o primeiro conjunto, dos primeiros 30 resultados publicados. Mas, ainda não estamos falando de contrato é porque justamente, estamos esperando o Conselho do GAC. Quando recebermos essa conformidade do GAC vamos ter que levar em conta e decidirmos qual será o seguinte passo.

Agora a respeito das datas, não há qualquer projeto que possa ser desenvolvido se não estabelecermos um prazo. Por isso, temos que estabelecer alguma data precisa e tentar manter, cumprir essas datas, porque se não poderíamos chegar a 2100 e os programas dos gTLDs ainda estarem pendentes.

Para nós a data limite para assinar o primeiro contrato é 23 de abril. Esperemos que tudo vá enquadrando bem para chegar a essa data. Talvez algumas coisas sejam obstáculos para essa data e poderíamos decidir como passar esse obstáculo. Mas, esse programa foi desenhado e opera dessa forma.

Não temos a intenção de ignorar nada, de deixar de levar em conta nada, seja uma inquietação uma pergunta da internet, ou qualquer coisa importante, simplesmente para cumprir a data. Isso tem que ficar bem claro. Agora quanto aos precedentes que poderia fixar, quanto a inquietação que o Sr. apresentou, nós, na medida do possível, estamos tentando cumprir o guia do solicitante, porque se fizermos dessa forma, se cumprirmos o que diz esse guia, os resultados podem ser mais

---

precisos, mais diretos e não teríamos que nos preocupar por setar um precedente, por marcar uma linha. Aí pode surgir uma dúvida do porque fizemos uma coisa, ou deixamos de fazer, então tentamos cumprir o guia do solicitante. Sabemos que há algumas questões que já apareceram, para as quais é necessário o esclarecimento e o Conselho e a comunidade tem que tratar esses temas. Mas, a nossa intenção é cumprir dentro do possível, o guia do solicitante.

CHAIR DRYDEN: Akram, muit obrigada pelo esclarecimento. Alguma outra pergunta? Austrália.

AUSTRÁLIA: Obrigado. Esse é um relatório atualizado muito útil, sobre todo o trabalho realizado e vemos que há muito trabalho em andamento. Tenho algumas perguntas em relação aos componentes de interesse público, os PIC, um par de perguntas específicas.

Peço desculpas se já foi esclarecido e eu não percebi. Mas há 2 coisas que vêm à minha cabeça. Uma tem a ver com a posição de fazer uma objeção. Não sei se essa é a palavra certa, ou uma intervenção, um terceiro, se se pode falar de um compromisso de interesse público que não é seguido e se isso poderiam procurar alguma maneira de se referir a isso. Me preocupo com que os governos possam colocar esse tipo de preocupação em nome dos seus representados. Não sei se o governo se vê impactado diretamente, mas se vê que é uma questão muito sensível para seus representados, talvez possa colocar alguma coisa.

---

A segunda tem a ver com as emendas dos compromissos de interesse público, PICS. Se o solicitador, solicitante, apresenta esse tipo de compromisso de interesse público e é aceito e se continua o processo normal e fosse necessária uma emenda. Eu queria saber se nós podemos ter coisas nas solicitações as quais nos comprometemos e depois se faz compromissos e vemos que talvez isso não reflete o que acordamos originalmente. Então temos que ter muito cuidado se houver uma mudança ao longo do caminho.

AKRAM ATALLAH:

Obrigado pela pergunta.

Com relação aos compromissos de interesses públicos, PIC, se alguém quiser mudar esses PICs, quando já foram apresentados, podem fazê-lo. Sempre que essa modificação tenha sido aceita e para isso terá que passar por um período de comentários públicos para que todos tenham conhecimento de qual é a modificação proposta. E embora hoje não estejamos revendo os compromissos de interesses públicos nós próprios, se houver uma solicitação de modificação, vamos nos assessorar legalmente porque queremos estarmos certos de não prometer uma coisa que depois seja alterada e depois estabelece um contrato, isso gera um inconveniente. Vamos estar certo de que haja essa assessoria legal e também que haja um período de pelo menos 30 dias, para comentários públicos e para que todos estejam ao par disso.

Esqueci a primeira pergunta.

---

AUSTRÁLIA: A primeira tem a ver com as objeções de governo que podem, os governos podem colocar essas objeções em nome de seus representados?

AKRAM ATALLAH: Sim. Nossa intenção é que os governos possam fazer isso, considerando se é uma questão de interesse público que possam colocar essas objeções, apresentar essas objeções.

CHAIR DRYDEN: Obrigada. Tem uma pergunta breve relacionada com a de Peter e tem a ver com as especificações de PICs e perguntava se o solicitante pode fazer uma emenda a um dos compromissos que se estabeleceu, que já foi estabelecido. Eu ouvi alguns que expressaram seus interesses em apresentar especificações de PIC, onde, em realidade, não foram feitas essas apresentações. Não sei se pode fazer algum comentário.

AKRAM ATALLAH: Todos sabemos que o processo não deveria cobrir a causa. Então queremos fazer as coisas bem para todos, se alguém quiser mais para frente, no processo chegar e dizer, quero adicionar alguns compromissos às minhas especificações, temos que trabalhar com o solicitante para que isso possa ser feito. Talvez isso gere alguma demora, mas vamos tentar que esse não seja o fator de decisão para que alguma coisa não seja feita, porque se é bom incorporar isso não queremos impedir essa possibilidade por alguma questão operacional,

---

ou de demora nos tempos. Então vamos trabalhar com o solicitante para poder gerencia-lo.

CHAIR DRYDEN: Obrigada. Tem a palavra os Países Baixos.

PAÍSES BAIXOS: Obrigado por essa apresentação tão interessante. É bom saber que vamos avançando do lado operacional e da implementação.

Eu queria voltar à pergunta apresentada pela Itália porque acho que é extramente pertinente para nos focar no que é uma preocupação e uma pergunta que talvez vocês não possam responder, mas sim, o Conselho. Nós estabelecemos a nossa decisão final, por assim dizer sobre os gTLDs e o Conselho está à espera, mas quais as possibilidades que se estabeleça alguma salva guarda por parte do GAC para algumas solicitações?

Se for necessário uma mudança contratual, nós aconselhamos que essa salva-guarda seja estabelecida, porque existiriam outras maneiras de implementar as coisas, mas uma delas seria estabelece-los através dos contratos. Qual a possibilidade de que isso se incorpore aos contratos? É uma pergunta difícil de ser respondida.

AKRAM ATALLAH: Acho que o Conselho vai ter tomar a decisão com base na assessoria do GAC. Se o Conselho decidir que precisa de mais tempo para uma



---

decisão, teremos que esperar, não vamos assinar o contrato antes de serem abordadas todas as questões.

O nosso objetivo é que após a reunião de Pequim, ou durante a reunião, o GAC oferece a sua assessoria, que existam duas semanas para rever essa assessoria e que depois determine se continuamos com o programa tal com está, ou se há alguma modificação.

CHAIR DRYDEN: Reino Unido

REINO UNIDO: Obrigado Sra. Presidente. Bom dia a todos. Obrigado Akram por esse relato tão completo de tudo que foi desenvolvido nos últimos tempos.

Quero voltar ao tema dos compromissos de interesse público. Minha preocupação é em primeiro lugar que esses compromissos que foram assumidos, em certa forma, fiquem ocultos, não vão ser fáceis de rastrear. Então a primeira pergunta, seria qual a intenção da ICAN com relação a ampliar ao máximo o conhecimento por parte dos operadores de serviço, da existência desses compromissos? A ICAN vai oferecer recursos, ou facilidades através do seu site, onde isso fique bem visível? Isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, existirá algum tipo de requisito estabelecido pelos operadores para que isso maximize a visibilidade, de maneira tal que as partes interessadas incluindo os membros do GAC possam determinar rapidamente quais os compromissos assumidos quando começam a

---

ouvir falar de algum tema relacionado com como é levado adiante esse assunto. O importante aqui eu acho, que é sermos capazes de determinar quais são os compromissos. Depois qual o processo para apresentar uma queixa, uma preocupação, com relação a que esses compromissos não estão sendo cumpridos, ou estão sendo descartados, emendados, sem que todos tenham conhecimento disso. É uma preocupação geral. Recebemos com agrado essa iniciativa em resposta às preocupações do GAC, como já disse antes o Sr. Mas devemos estar certo de que existe a plena visibilidade dos compromissos, para que qualquer parte interessada possa verificar qual o compromisso assumido pelo operador desse domínio, com que princípios, salvaguardas. Isso é importante.

E em segundo lugar, de que maneira podemos fazer um seguimento de uma situação, em que o operador não tenha assumido nenhum compromisso. Acho que isso seria um problema para nós, mas também para a ICANN. Muito de nós, do governo estamos a espera de que a ICANN assuma um papel ativo neste sentido e que faça monitoração e coloque à prova os operadores que não estão cumprindo com esses compromissos assumidos de maneira voluntária. Eu sei qual é o processo que se apresenta. Ele é o de resolução de disputas, mas pelo que disse o Sr., pelo que leio nos documentos, parece que a ICANN é como se estivesse ficando de lado e deixando nas mãos da comunidade esse seguimento e esses compromissos e a ICANN não está monitorando de maneira ativa, nem intervindo de maneira ativa. Talvez sim quando é apresentada uma disputa.

---

O que estou tentando dizer é que estou um tanto desiludido quanto a que a ICANN se separe um pouco desse tema. A minha preocupação é que talvez existam operadores que deveriam estar assumindo compromissos e talvez não estão fazendo. Qual o processo para corrigir essa situação, devido a que não vai ser fácil para as partes interessadas, incluindo-nos, devemos estar verificando de maneira constante a situação.

Há tantas centenas de domínios novos que vão se implementar na prática, então isso leva muitos recursos. Estamos falando de uma coisa que leva muitos recursos. Há certas expectativas quanto o papel que a ICANN poderia assumir, um papel muito mais ativo para monitorar os compromissos de interesse público.

Acho que ampliei bastante as minhas perguntas, mas principalmente tenho essa preocupação sobre a visibilidade e como estamos certos de que todos esses compromissos funcionem de maneira tal que tragam benefícios e no interesse de toda a comunidade e as partes interessadas.

Muito obrigado.

AKRAM ATALLAH:

Obrigado Mark.

As especificidades estão publicadas no site. Qualquer solicitante pode rever essas especificações de interesse público e agora esamos

---

avançando para uma melhor CRM, ou melhor relação com o cliente e esperamos que funcione antes do final do ano. Desta maneira vai ser mais fácil navegar e ter mais informação, sobre todos os TLDs que existem, bem como dos registradores e teremos também oportunidade de que as especificações sejam mais visíveis, mais fáceis de entender e de serem rastreadas.

Acho que podemos pegar esse ponto e melhorar um pouco o que temos ali. O tema de que a ICANN não está monitorizando o problema original ou o problema que se coloca – eu quero ser bem franco. É um tema tão grande que a ICANN não está capacitada realmente para fazer a monitoração de muitas coisas, como conteúdo que o registrador tem, se está seguindo determinadas regras. Poderiam ser regras simples, como só as pessoas que tem 18 ou anos, ou mais de 18 anos, que moram em determinada área, que podem ter acesso a esse gTLD, como para que a ICANN faça a monitoração disso e possa garantir que haja um cumprimento cabal de todas as normas. Eu acho que é uma tarefa que está para além inclusive de uma organização 10 vezes maior que a ICANN.

Acho que as especificações de compromisso de interesse público são fazer com que os solicitantes sejam responsáveis pelos compromissos assumidos. Temos o público que monitora como se comporta esse TLD, e se existir algum problema com esse TLD o pessoal que se vê afetado pode apresentar uma disputa com relação a esse gTLD. Quando é levado a cabo o processo de resolução de disputas, ou existe uma decisão final, a ICANN pode então se certificar de que o TLD esteja se

---

comportando como se deve fazer e possa estar certo de que a norma está sendo implementada.

Acho que esse é um grande avanço. Acho que a ICANN por si própria não pode fazer o trabalho necessário. Mas, acho que a comunidade através dessas especificações conta com mecanismo para poder implementá-lo.

A respeito dos solicitantes que não pediram essas especificações PIC, Compromisso de Interesse Público, elas surgiram como uma ideia que relaciona, ou vincula, que está vinculada ou relacionada ao alerta precoce, que dá uma forma ao solicitante de reagir diante desses alertas precoces. Talvez o solicitante não tenha bem claro os compromissos nas solicitações e dessa maneira pode esclarecer esses compromissos para diminuir o risco.

Se um solicitante não solicitou esses compromissos, pode fazer em qualquer momento como já dissemos e eu acho que o GAC, se pensa que isso é necessário, pode oferecer essa assessorial. Nesse ponto de vista acho que as especificidades PIC estão cumprindo seu objetivo sem ser inimplementáveis. Eu acho que eles são os requisitos necessários que devem aparecer na solicitação.

CHAIR DRYDEN:

Vou continuar com a ordem da palavra. Agora vai passar a palavra para a Suíça.

---

SUÍÇA:

Obrigado Sra. Presidente. Sou Snyder.

Trabalho para o Governo Suíço. Tomas Snyder é meu nome. Quero agradecer essa apresentação muito interessante.

Tenho um comentário, principalmente depois da pergunta que foi colocado, que colocou especificamente Reino Unido, Austrália e outros colegas, que tem a ver principalmente com esse procedimento de compromisso de interesse público.

Além do tema de fator de recurso, que são também problemáticos para nós, fico surpreso ao ouvir que a ICANN não tem recursos para fazer monitoramento de certos aspectos. Não fala do monitoramento do conteúdo porque nunca esteve na ideia que a ICANN monitorizasse conteúdo. Mas, se falarmos em governos e queremos aumentar as receitas, acho que a ICANN, com os programas dos novos gTLDs, deve a possibilidade de viver a cada vez com menos recursos dos governos. Não é apenas para nós com uma administração pequena, porque é um grande problema fazer o seguimento desse processo tão complexo. Não sei se algum outro governo tem possibilidade de fazer seguimento desses compromisso que podem mudar. É por isso que peço a ICANN que considere também que os recursos dos governos são limitados e que a cada vez mais, dependendo da situação econômica de algumas regiões do mundo. Do ponto de vista do recurso logístico também podemos falar em alguns problemas.

Em primeiro lugar tínhamos a impressão e pensávamos que isso tinha sido confirmado no decorrer do desenvolvimento do guia do solicitante, quando uma solicitação está apresentada não pode ser modificada. Era

---

isso que nós entendíamos que eram as normas do GAC, para ter um processo justo com outros concorrentes que pediram a mesma cadeia de caracteres ou similares. E os únicos recursos que nós discutimos aqui no GAC e a reação a assessoria do GAC é que nos não percebíamos que isso era a forma que isso fosse seguir, mas recebendo cartas de apoio, etc, mas depois de uma assessoria do GAC. Mas entendemos que não vai haver mudanças substanciais na solicitação, que não vai se permitir quando seja apresentada a solicitação. Então nós temos a sensação agora de que se pode modificar o que alguém quiser, então é muito então difícil dizer onde está a linha, como já disseram, dentro dos compromissos de esclarecimento, ou modificar esses compromissos e não apenas para nós.

Pensamos que para outros solicitantes, esse parece ser um processo complexo. Achamos que há mais dificuldade. Não sabemos qual o exato valor, ou como teríamos que levar em consideração isso, em que medida e não fica claro quais os efeitos jurídicos. E quais os efeitos sobre a concorrência, sobre esses compromissos de interesse público. Então temos um problema com o conceito.

Porque vemos que há boas intenções, mas ainda não estamos convictos de que isso facilite a nossa vida. Acho que vai complicar.

Há outro problema. Nos chamaram vários solicitantes, que talvez investiram seus recursos, seu tempo antes desses compromissos e o que eles tem é que se façam um copy paste com os compromissos de alguns de seus concorrentes e que não possam implementar esses compromissos.

---

Como a ICANN vai se certificar que esses compromissos sejam implementados? Há muitas perguntas que não tem respostas neste momento. Principalmente relacionadas com os solicitantes que estão em concorrência.

Gostaríamos de entender mais um pouco. Nós queremos um esclarecimento para saber exatamente do que se tratam essas especificações, esses compromissos, que só podemos considerar os que vemos assessoria, antecipar ou ter certas garantias de que não vai haver abuso, para coisas que devam ser feitas ou que não devam ser feitos. É isso que conta para nós. O que nos está dizendo a ICANN é que podem implementar e fazer cumprir e se certificar de que as palavras no compromisso sejam cumpridas.

CHAIR DRYDEN:

Obrigada Suíça. Mais algum comentário? Então passamos a palavra para a Noruega.

NORUEGA:

Obrigado a todos.

Nós também temos comentários que estão alinhados com outros comentários já realizados aqui.

Um dos temas tem a ver com quem é que irá, solicitante após solicitante para avaliar o que teria que ter publicado esse solicitante como compromisso de interesse público.



---

Isso tem que ser feito por alguém. Constatar isso tem que ser feito por alguém.

O que tem a ver com compromissos de interesse público é que, conforme entendemos, são voluntários.

Talvez teriam que ter sido obrigatórios para determinados tipos de solicitantes. Porque também o ponto fundamental assinalado pela Suíça se relaciona com os compromissos que não possam ser executados, principalmente quando se fala de modificações posteriores aos compromissos de interesse público.

Vai haver algum contrato? Precisamos alguma vinculação entre esses compromissos de interesse público e os termos do contrato.

Eu suponho também que isso se relaciona, com de que maneira, fazer valer ou executar esses compromissos assumidos. Há muitas perguntas que tem a ver com a maneira em que isto vai funcionar.

Nós também podemos dizer que estamos alinhados com os comentários da Suíça.

Mas os governos não vão poder monitorar as mudanças, modificações ou algum descumprimento. Achamos que deveríamos implementar para poder monitorar. Acho que essa obrigação será da ICANN, de que todos os solicitantes cumpram com os requisitos. Acho que isso deve ser resolvido.

---

Obrigado.

CHAIR DRYDEN:

Obrigado. Tenho mais três pedidos. Tenho Dinamarca, Alemanha, Brasil e depois vamos fechar essa sessão.

DINAMARCA:

Obrigado pela apresentação.

Vou tentar ser breve. Tenho algumas perguntas que tem a ver com esse compromisso de interesse público.

Austrália já colocou algumas das perguntas que é como os governos podem demonstrar. Se eu entendi nós teremos que ser capazes de fazê-lo, embora tenha que ser indiretamente.

A outra é de que maneira a ICANN pode seguir acompanhar, as ações, as sanções desculpem, sobre os PICS. Não se podem seguir as recomendações. Não existir critérios claros, transparentes, sobre o momento em que decidem seguir a recomendação. Porque não estão dizendo que vão seguir a recomendação, mas que podem fazê-lo.

A seguinte pergunta tem a ver com os procedimentos de resolução de disputa que é o que esperam vocês, os senhoras, as senhoras, com cobrar. Porque se falamos do dinheiro dos contribuintes são os governos os que apresentam uma causa. Temos que saber o quanto que vai se pegar.

---

Para finalizar, outra pergunta, quando se fala de reservas e de ver os registros que já estão sendo implementados e que vai haver modificações a futuros registros depois do processo de PIC, minha pergunta seria a seguinte. Houve alguma decisão sobre seguir os procedimentos anteriores de resolução de disputa e como vai ser a resolução?

CHAIR DRYDEN:

Fala Akram.

AKRAM ATALLAH:

Acho que não entendi o último ponto, que não há registros até o momento. Então se colocamos as especificações PICS. Desculpe, pode esclarecer?

DINAMARCA:

A pergunta é assim.

Quando um governo, por exemplo, quer apresentar um caso desse tipo, diz que houve descumprimento de algum dos PICS. Quando a causa é apresentada diante do painel correspondente, eu acho que disseram que não podiam voltar atrás e consertar, solucionar o que tinha sido feito antes do procedimento PICDRP. Eu quero perguntar se houve um prejuízo grande antes do processo de resolução de disputas do PICS, vamos poder ter alguma maneira de tomar alguma medida para solucionar esse prejuízo?

---

CHAIR DRYDEN: Agora temos Alemanha e Brasil.

ALEMANHA: Obrigada Sra. Presidente. Obrigada pela apresentação. Acho que foi de grande informação para nós.

Meus comentários se relacionam a alguns já feitos pelos colegas.

Uma pergunta tem a ver com os recursos que é algo que devem partilhar e compartilhamos a posição da Suíça neste caso e quero lembrar, fazer lembrar que estamos falando em mais de 1000 documentos publicados, faz mais ou menos, uma semana atrás. E é impossível que um governo, a simples vista, possa conhecê-los exatamente do que se fala. Eu acho que o tema dos compromissos de interesse público é um dos temas principais que tem que seguir o GAC.

Porque nós somos um comitê de assessoria para política pública. É difícil então nessa etapa de solicitação que já estão bem avançadas, ver como receber os documentos importantes ou não. Acho que vocês devem saber que para o GAC também é muito complexo fazer os seguimentos dos detalhes. Também o tema da monitoração não é possível para nós, para seguir esse caminho colocado.

Concordo com o colega da Dinamarca e com outros, de que talvez precisemos de mais esclarecimentos sobre o tema de resolução de disputas. Qual procedimento estabelecido. Como funciona e se isso é uma coisa que possamos internamente discutir na reunião do GAC para achar uma posição e avaliar então esse tema.

---

Porque também é bastante novo para nós e eu lembro quando em Toronto que foi colocada essa situação que era completamente diferente.

Também quero compartilhar a posição de Tomas sobre isso de cortar e colar, sobre o que tem a ver com a propriedade intelectual de alguns dos solicitantes. Acho que alguns que deram muita consideração, ou que como gostariam de utilizar a solicitação e agora podemos permitir a todos então aos concorrentes que utilizem essa propriedade intelectual. É por isso que vemos alguns aspectos positivos nessa abordagem, mas acho que precisa de mais discussão, considerando quais as consequências.

CHAIR DRYDEN:

Agora está o Brasil e os Estados Unidos na lista.

BRASIL:

Bom dia a todos. Boa noite de fato, porque agora no meu país são 23h de ontem. Eu sou Franklin Neto e represento o Brasil aqui no GAC. Gostaria de agradecer muito por essa apresentação tão clara e um dos grandes valores dessa reunião, de termos todas as partes da ICANN para saber o que estamos fazendo agora.

Volto para a pergunta que foi feita pelo colega da Itália e também a Holanda mencionou isso e vou pressionar se poderiam elaborar um pouco mais acerca dessa questão, porque não entendi claramente acerca da posição da ICANN quanto ao marco possível, do que destacou o colega italiano. É possível o presidente que esses acordos, possivelmente poderiam ser assinados no 23 de abril e também isso

detalham categorias que dentro do mesmo campo todos nós estamos discutindo nesta semana e aqui e por isso que essas reuniões se estenderam aqui no GAC.

As categorias especificamente e é muito a possibilidade de que alguns gTLDs específicos tenham o primeiro acordo assinado ainda no dia 23 deste mês e que caiam dentro dessas categorias discutidas e que poderiam ser uma assessoria do GAC. Gostaria então que elaborássemos como isso vai funcionar e se isso vai acontecer. Como vai acontecer, como serão os tempos, os cronogramas do GAC, o que vocês pretendem fazer enquanto assinatura do contrato, o acordo com esses gTLDs e se deveria haver uma assessoria que por algum motivo pudessem alcançar ou chegar considerando essas categorias e níveis de categoria também, e a respeito dos gTLDs e IDNs também.

AKRAM ATALLAH:

Então como disse antes, o motivo pelo qual escolhemos a data de 23 de abril é porque desejamos ouvir a assessoria do GAC, o Conselho do GAC e se o Conselho tiver alguma resposta antes, trabalhemos antes, mas devemos esperar pelos raciocínios do Conselho, assessoria do Conselho, para assinar o contrato.

Não vamos colocar-nos na posição de assinar um contrato, quando depois for preciso fazer alterações no contrato. Não vamos considerar isso para ICANN e as comunidades. Não vamos fazer isso. Vamos assegurar-nos de que haja clareza, com uma resposta clara do Conselho para o GAC que depois consideremos se continuaremos avançando ou se teremos que fazer alterações no contrato ou avançar.

---

Espero que isso fique claro.

CHAIR DRYDEN: Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS: Bom dia a todos vocês. Muito obrigada Akram por essa apresentação que foi muito útil.

Infelizmente sou a última na relação para falar. Os meus colegas já falaram todos, mas há essa impressão de que precisamos estabelecer uma boa aliança com a ICANN e que todas essas questões e interesses públicos sejam tratados.

Nós apoiamos esse conceito, e esperamos que com as trocas nos próximos dias possamos dar assessoria que permita dar mais luz a algumas das questões vinculadas a salva-guarda.

Acho que foi a Holanda quem disse que era muito importante que o objetivo estivesse bem claro. E esse objetivo desenvolver essa tecnologia específica, que estaria refletida no contrato e teria um impacto sobre a natureza das especificações dos compromissos de interesse públicos assumidos de forma voluntária ou obrigatória.

Portanto ao sentarmos aqui hoje de manhã, vocês terão uma ideia do que podem esperar para o final da reunião.

---

Eu agradeço a oportunidade e espero que estejamos o mais claro possível.

Gostaria de falar sobre as observações dos colegas dizendo que vocês voltarão, falarão novamente com nós para avançarmos de forma conjunta, porque nós desejamos ver os resultados das nossa deliberações refletidos nos contratos.

Gostaria de encerrar esse comentário, com alguma pergunta.

Sabemos que a cadeia dos caracteres que foram os principais motivos das objeções, mas as substancias das objeções poderíamos confirmar que elas não estão disponíveis agora e se for assim, quando esse conteúdo poderia estar disponível. Porque se não tivermos essa questão de fundo, não poderemos continuar falando.

E eu terei medo ter omitido alguma coisa.

AKRAM ATALLAH:

Eu não sei a resposta para essa pergunta. Eu me desculpo mas eu darei uma resposta o quanto antes possível.

CHAIR DRYDEN:

Agradeço Akram e Tarek por esse relatório apresentado hoje.

Essa foi uma sessão informativa para os colegas do GAC e para todos vocês.



---

Como foi salientado aqui para os membros do GAC em que vocês já sabem quais são as inquietações, as dúvidas dos governos, que os governos poderiam colocar e esperamos continuar com essa troca, desenvolver um pensamento ainda mais certo.

Porque sabemos ainda que alguns prazos, algumas datas chave planejadas estão estabelecidas pelo GAC para esse programa e para o GAC à medida que forem surgindo novas perguntas, eu tenho certeza que vocês estarão disponíveis para respondê-las em caso de alguma consulta específica, à medida que formos avançando com as nossas reuniões durante a semana.

AKRAM ATALLAH:

Eu agradeço os membros do GAC pelo trabalho tão intenso investido nesse programa.

Valorizamos muito o que vocês fizeram. Nós o consideramos e vocês fazem parte do nosso trabalho. São parceiros aliados e todos nós trabalhamos em prol de uma meta comum.

Eu já tomei muitas notas das observações e há muitas coisas que devem ser tratadas em nível operacional, que não tem a ver com contrato e que pedem por mais transparência e visibilidade e que possam facilitar também a orientação das reclamações, as especificações dos PICS que são questões operacionais que podem ser feitas para implementar essas questões de interesse público, compromisso de interesse público.

Mas que gostaria que vocês lembrassem que os PICS não estão dentro da égide do mandato da ICANN. Eles são um processo externo e todos

---

os resultados dos processos de disputa serão aplicados pela ICANN. Esse é o pensamento subjacente aos PICS. É um instrumento muito útil que será de grande valor para o futuro.

Muito obrigado.

CHAIR DRYDEN:

Faremos uma pausa para o cafézinho. Há um café fora da sala. Peço que não sejam mais do que 30 minutos de pausa porque queremos começar com os debates dentro do comitê.